



Grupo de trabalho «Coesão territorial»  
da Comissão Arco Atlântico

17 de Dezembro de 2008 - Bilbau (País Basco - Espanha)

ACTA

Lista dos participantes

Francisco SABINO	CCDR-Alentejo Portugal
Fátima MALHEIRO	CCDR-Lisboa e Vale do Tejo Portugal
Nuno ALMEIDA	CCDR-Norte Portugal
Jean-Michel ARRIVÉ	Conseil Regional d'Aquitaine
Sheila ZECOVIC	Conseil Regional d'Aquitaine
Christophe LE FOLL	Conseil Regional de Basse-Normandie
Julie MICLOT	Conseil Regional de Basse-Normandie
Mikel ANTÓN ZARRAGOITIA	Gobierno Vasco
Rafael HUESO VICENT	Gobierno Vasco
Helen RICHARDSON	Hampshire County Council
María José RODRÍGUEZ CARBAJAL	Principado de Asturias
Manuel CARRERO DE ROA	Principado de Asturias
Raquel GONZÁLEZ DACAL	Xunta de Galicia
Hélène DONNART	RTA (CESR Limousin)
José Luis RUIZ GARCÍA	RTA (CES País Vasco)
Arantza LÓPEZ DE MUÑAIN	RTA (CES País Vasco)
Benoît CUVELIER	CVAA (Nantes Métropole)
Fabien MESCLIER	Commission Arc Atlantique
Damien PÉRISSÉ	CRPM

**1- Boas-vindas:** Após as saudações de boas-vindas de Mikel Antón Zarragoitia, Director dos Assuntos Europeus do Governo Basco, a Baixa Normandia e as Astúrias, na qualidade de regiões co-presidentes do grupo de trabalho «Coesão territorial», apresentaram a ordem do dia e as questões a debater na reunião.

**2- Situação da consulta sobre o Livro Verde à escala europeia**

**Apresentação dos trabalhos da CRPM:** Damien Périsse, Director do Secretariado-Geral da CRPM, apresentou as actividades da CRPM ligadas ao Livro Verde sobre a Coesão Territorial. A tomada de posição política seria aprovada na próxima reunião da Mesa Política da CRPM, em 23 de Janeiro de 2009, em Aarhus (Dinamarca), antes de ser enviada, no decurso do mês de Fevereiro, à Comissão Europeia e a todos os interlocutores interessados.

A fim de preparar esta reacção e de alimentar o debate a nível europeu, a CRPM estreitou os laços com a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu, o Comité das Regiões, a Presidência francesa e o Comité Económico e Social Europeu.

A tomada de posição política estruturava-se em três partes: entre as observações na generalidade que formavam a primeira parte era reafirmada a natureza fundamentalmente política da coesão territorial ou ainda o desejo de que a consulta sobre o Livro Verde fosse seguida da publicação de um Livro Branco. A segunda parte focava a abordagem política da coesão territorial. A CRPM recordava o vínculo estreito entre política de coesão e coesão territorial, lamentando ao mesmo tempo a confusão existente entre coesão territorial e desenvolvimento regional. Lastimava igualmente que os aspectos associados à governação não fossem mais desenvolvidos através das dimensões multi-sectoriais e multiníveis. A CRPM recordava ainda que o conceito de coesão territorial se aplicava não só às regiões com deficiências específicas, mas também ao conjunto das regiões, donde a proposta da CRPM de criar um pacto territorial europeu. Por fim, a terceira parte aludia ao vínculo entre a coesão territorial e as políticas sectoriais da UE: a política de coesão, a PAC, os transportes, a energia e as alterações climáticas, a investigação, a inovação, etc.

Na sequência desta apresentação, Christophe Le Foll, da região da Baixa Normandia, disse reear a possibilidade de uma «terceira morte da coesão territorial» (depois da adopção dos regulamentos para 2007-2013 e do Tratado de Lisboa ainda por ratificar) nesta concepção *a minima* do conceito de coesão territorial pela UE. Insistiu igualmente na importância de não opor coesão territorial e competitividade. Por fim, solicitou a Damien Périssé que precisasse o conceito de pacto territorial europeu.

Maria José Rodríguez, do Principado das Astúrias, desejou igualmente ter certas precisões sobre a noção de pacto territorial europeu. Além disso, recordou que, no Livro Branco sobre a governação publicado alguns anos atrás, a Comissão Europeia tinha apresentado propostas interessantes sobre novas modalidades de parceria como os contratos tripartidos. Importava examinar o que tinha funcionado bem e, eventualmente, as razões dos insucessos.

Damien Périssé explicou que o pacto territorial europeu era um conceito fundamentalmente político que cristalizava o debate sobre a coesão territorial. A sua definição não estava, pois, aprovada e devia emergir da análise das experiências (contratos tripartidos, método aberto de coordenação), do exame das políticas sectoriais e das contribuições do Comité das Regiões e do Parlamento Europeu. Era evidente que a Comissão Europeia devia igualmente alimentar o debate.

Benoît Cuvelier, de Nantes Métropole, quis saber o motivo por que a noção de policentrismo não figurava na contribuição da CRPM. Damien Périssé explicou que, não sendo explicitamente citada, esta noção estava enquadrada nos valores defendidos pela CRPM. Aceitou que fosse aditada ao texto.

Jean-Michel Arrivé, da Aquitânia, considerou que a contribuição da Comissão Arco Atlântico devia demarcar-se da posição da CRPM, adoptando uma abordagem ligada às especificidades do espaço atlântico. Sustentou igualmente que não era conveniente opor política de coesão e políticas sectoriais. Quanto à futura cooperação territorial, Jean-Michel Arrivé considerou que esta não se devia desenvolver em detrimento do *mainstream* da política de coesão. Damien Périssé afirmou que a CRPM concordava com esta abordagem e citou a iniciativa *Regions for Economic Change* que demonstrava que as coisas evoluíam no bom sentido. Para ir mais longe, Jean-Michel Arrivé disse-se convicto da necessidade de passar a uma nova etapa da cooperação, mais ambiciosa, capaz de transformar os territórios da cooperação em espaços de aplicação das políticas europeias. Considerou que, se não se reflectisse sobre o assunto, a cooperação territorial estaria condenada a desaparecer após 2013.

Rafael Hueso, do Governo Basco, fez referência à pertinência dos trabalhos de ESPON evocados no Livro Verde mas lamentou que este último não mencionasse as estratégias regionais de desenvolvimento ilustrativas da aplicação do conceito de coesão territorial. Aprovou a sugestão da Aquitânia quanto ao facto de os territórios da cooperação deverem ser espaços de definição, de aplicação e de decisão das políticas europeias.

Maria José Rodríguez, das Astúrias, lamentou o défice de definição das especificidades geográficas dos territórios e apontou as zonas montanhosas no espaço atlântico. O seu colega Manuel Carrero de Roa insistiu na existência de uma rede urbana de cidades médias específica ao espaço atlântico.

### **Os projectos de parecer do Comité das Regiões e do Parlamento Europeu**

Damien Périssé apresentou em breves palavras os dois projectos de parecer, explicando que o seu conteúdo ia, em larga medida, ao encontro da contribuição da CRPM.

Julie Miclot, da Baixa Normandia, interrogou-se sobre a vontade do Comité das Regiões de questionar a existência dos espaços transnacionais de cooperação e considerou que a Comissão Arco Atlântico se devia bater para reforçar esta cooperação no espaço atlântico. Sheila Zecovic, da Aquitânia, entendia que, por um lado, esta cooperação, antes de ser reforçada, tinha de ser modificada a bem da eficácia e, por outro, não devia ser o único mecanismo de coesão territorial. Jean-Michel Arrivé disse concordar com esta ideia e explicou que o exemplo da estratégia do Mar Báltico lançada pela Comissão Europeia era um embrião do que poderia ser a futura cooperação territorial.

### **3 - Resultados do questionário atlântico sobre o Livro Verde**

Fabien Mesclier, Secretário Executivo da Comissão Arco Atlântico, apresentou os resultados do questionário enviado a todos os interlocutores atlânticos da cooperação: Comissão Arco Atlântico, CCAA, AC3A, RTA e RUOA (ver apresentação em Powerpoint).

Manuel Carrero de Roa, do Principado das Astúrias, entendia essencial definir concretamente o conceito de coesão territorial. Considerou que o conceito transpunha a ideia de equidade de oportunidades e serviços no território europeu ou de solidariedade. Tratava-se igualmente de fazer referência a uma noção de fluxo de pessoas, de bens, de conhecimentos, etc., num território capaz de resistir aos choques externos. Por fim, uma política de coesão territorial só era possível se traduzida por um esquema de ordenamento do território coerente em prol de um desenvolvimento equilibrado e harmonioso.

### **4- Apresentação de um primeiro projecto da contribuição atlântica para o Livro Verde sobre a Coesão Territorial**

Fabien Mesclier resumiu o primeiro projecto de contribuição dos interlocutores atlânticos. À guisa de observações preliminares, recordou o objectivo desta contribuição comum, nomeadamente fazer ouvir a voz dos interlocutores atlânticos sobre um tema prioritário, demonstrar as vantagens e as necessidades dos territórios atlânticos em função das suas especificidades e lançar a reflexão sobre o futuro da política de coesão. A seguir, Fabien Mesclier especificou o conteúdo da contribuição:

- Na introdução, eram recordados vários princípios fortes como a necessidade de reafirmação dos valores de solidariedade e coesão no projecto europeu, o apelo à redacção de um Livro Branco sobre a coesão territorial ou ainda o papel crucial desempenhado pela política de coesão na aplicação do objectivo de coesão territorial. O ponto 5 era um esboço de definição voluntariamente geral.

Seguidamente, o projecto de contribuição articulava-se em torno do tríptico «Maritimidade - Governação - Territorialidade» que simbolizava a aplicação do conceito de coesão territorial ao espaço atlântico.

- Maritimidade: esta parte fazia referência aos desafios e às oportunidades associados à natureza marítima do espaço atlântico em termos de actividades económicas, sociais ou ambientais. A ideia subjacente era que a execução de uma política marítima integrando estes diferentes aspectos e aplicada ao espaço atlântico podia contribuir para a coesão territorial.

- Governação: o objecto desta parte era apelar a uma abordagem renovada da governação simultaneamente multi-sectorial e multinível das políticas na UE. Tal passava por uma mobilização do conjunto dos interlocutores desde a elaboração das políticas e por uma acção concertada nos diferentes escalões de decisão. Neste contexto, a Comissão Europeia tinha um papel crucial a desempenhar. Esta apresentação dos princípios de uma boa governação era completada por exemplos de boas práticas ao nível do espaço atlântico.

- Territorialidade: esta parte versava sobre a aplicação do conceito de coesão territorial às políticas comunitárias. Numa primeira fase, apresentava o valor acrescentado da cooperação no espaço

atlântico mas apelava a uma nova abordagem mais ambiciosa e mais estratégica. Quanto às políticas sectoriais, optava-se por quatro grandes temas que revestiam interesse especial para o espaço atlântico: transportes-TIC-SIG, investigação e inovação, energia e clima, e relação entre o meio urbano e o rural.

Na sequência desta apresentação e a fim de introduzir o debate, Christophe Le Foll evocou alguns elementos essenciais da contribuição. Esta devia ter um verdadeiro valor acrescentado atlântico para alimentar o debate comunitário, demonstrar a vontade dos interlocutores de cooperar e os resultados positivos da sua cooperação, apresentando propostas para definir uma cooperação mais estratégica e integrada. Por fim, suscitou a questão da necessidade de definir precisamente a coesão territorial.

Sheila Zecovic considerou que era necessária uma definição mas que ela não devia ser demasiado estrita. Levantou igualmente a questão dos objectivos da contribuição e do que ia ser pedido à Comissão: seria necessário solicitar mais meios para o espaço atlântico, uma contratualização seguindo o exemplo do Báltico? Para ela, este não era ainda o momento oportuno para apresentar propostas tão precisas. Christophe Le Foll respondeu que o objectivo não era legitimar o espaço atlântico mas mostrar simultaneamente as suas necessidades e os seus pontos fortes.

No referente aos projectos pertinentes desenvolvidos no espaço atlântico, Fátima Malheiro, da CCDR de Lisboa Vale do Tejo, recordou o EDEA (Esquema de Desenvolvimento do Espaço Atlântico) que tinha reunido mais de 20 regiões e inspirado o novo programa de cooperação transnacional.

Jean-Michel Arrivé considerou que todos os elementos estavam presentes e concordou com a escolha do tríptico Maritimidade – Governança - Territorialidade mas perguntou se não convinha mostrar-se mais ambicioso. Estimou, nomeadamente, que o espaço atlântico devia transformar-se em espaço de aplicação das políticas europeias. Talvez fosse esse o elemento fulcral da contribuição.

## **5- Conclusão e próximas etapas**

Encerrando o debate, Christophe Le Foll evocou três pontos que deviam ser revistos na contribuição:

- Completar a definição do conceito de coesão territorial;
- Apesar de estarem presentes na contribuição todos os elementos que deviam ser abordados, impunha-se ir mais longe;
- Quanto a projectos, convinha mostrar resultados positivos e demonstrar o valor acrescentado da cooperação atlântica.

Foi decidido enviar um novo texto ao conjunto dos interlocutores atlânticos a meio de Janeiro para que pudessem tecer comentários. Com base nos comentários recebidos, seria elaborada uma nova versão no fim de Janeiro a fim de ser submetida à validação da Mesa Política da Comissão Arco Atlântico, cuja reunião estava agendada para 12 de Fevereiro de 2009 em Caen.